

O REAL E O MITO

*Efeito Tequila, Orloff, Caipirinha. Mais uma dose e o Brasil pode não resistir aos sobressaltos dos desajustes da economia. E mais grave ainda, ancorado num plano que apresenta furos em sua concepção original. O professor **Carlos Alonso Barbosa de Oliveira**, do Instituto de Economia da Unicamp, analisa os oito primeiros meses do plano econômico que levou FHC à presidência e a ofensiva neoliberal na América Latina.*



No momento em que escrevo este artigo, nota-se o esforço dos meios de comunicação e dos agentes oficiais para dissipar as nuvens de desconfiança que pairam sobre o plano real. Na imprensa, as bombásticas notícias sobre a crise econômica mexicana logo foram substituídas pelas denúncias de corrupção e criminalidade no governo e no PRI, dando a entender que as turbulências vivi-

das pelo país seriam de responsabilidade exclusiva de cucarachos pouco sérios e com inclinações criminosas. Da Argentina, chegam informações de que o Ministro Cavallo teria conseguido os bilhões de dólares necessários para superar a iminente bancarrota do país. Já o Brasil, garantem os meios oficiais, é diferente do México.

Passaram a nos impingir a seguinte avaliação: como somos diferentes do México, restaria ao Brasil

dar continuidade ao plano real com as reformas constitucionais. A curto prazo, a recente vitória sobre os movimentos especulativos contra o real reforçaria a postura oficial de que bastariam cosméticas mudanças na política cambial e a concessão de certos favores fiscais aos exportadores para ajustar as contas externas do país.

Antes de contestar essa superficial e ligeira afirmação, é necessário explicitar a natureza do projeto de reorganização econômica em curso na América Latina. Elaborado ao longo dos anos 80, esse projeto foi implementado pioneiramente no México e posteriormente na Argentina, países que passaram a ser apontados como exemplos para o Brasil. Desprezando eventuais diferenças estruturais entre as economias nacionais, recomendava-se: abertura comercial e financeira; banco central independente, oferta de moeda vinculada às reservas internacionais e a fixação de paridade cambial; corte de gastos públicos, privatização de empresas e eliminação da regulamentação estatal sobre a economia, liberando inclusive o funcionamento do mercado de trabalho.

Representantes de instituições financeiras internacionais públicas e privadas, banqueiros e empresários juntamente com os responsáveis pela política econômica na América Latina nos garantiam que esse programa era o passaporte para a modernidade, o instrumento de liberação da região das mazelas do populismo estatizante. A abertura financeira com estabilidade propiciaria o ingresso de capitais necessários ao nosso desenvolvimento. A liberdade de comércio, ademais de constituir alavanca para a contenção de preços internos, exporia o parque produtivo à saudável concorrência internacional, impulsionando os investimentos portadores de progresso técnico. A privatização de empresas estatais, o corte de gastos e a redução do tamanho do estado permitiriam o saneamento financeiro do setor público, que, acompanhado por rígida política monetária e pela âncora cambial, seria condição para a definitiva vitória contra a inflação.

Após uma década de inflação, estagnação e impotência do Estado atolado em crise financeira, delineava-se então um plano que prometia não somente desenvolvimento econômico sem inflação, mas também justiça social com a eliminação de privilégios e cartórios. E assim pavimentou-se o caminho para o

projeto neoliberal na América Latina. Lamentavelmente, seus resultados têm sido completamente diferentes de suas promessas. A abertura comercial, com a moeda nacional valorizada frente ao dólar, logo provoca déficits comerciais que passam a ser financiados com capitais externos. As altas taxas de juros praticadas para atrair esses capitais, juntamente com a maciça importação de produtos estrangeiros, tornam as aplicações financeiras mais atraentes, inibindo os investimentos na maioria dos setores produtivos.

Os recursos obtidos com as privatizações não são canalizados para investimentos em infra-estrutura

ou em novas plantas produtivas públicas ou privadas, mas, na melhor das hipóteses, reduzem temporariamente a dívida pública, a qual é permanentemente incrementada dadas as altas taxas de juros praticadas. O corte dos gastos públicos deteriora as políticas sociais e em seu nome trata-se de eliminar conquistas na previdência social. As empresas, com a valorização da moeda nacional, com as altas taxas de juros e a deterioração da infra-estrutura, encontram dificuldades para

manter suas exportações ou sua participação no mercado nacional. Atuando em linha de menor resistência, passam a encarar como insuportável a carga tributária e pedem redução de impostos, o que agrava a situação financeira do Estado. Manifestam-se também contra antigas conquistas trabalhistas, ou contra o que denominam de regulamentações do mercado de trabalho e, no Brasil, empresários lutam pela eliminação dos "encargos sociais", listando como tal, férias, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado etc. Ou seja, em nome da competitividade internacional trata-se de reduzir a renda do trabalhador, num país em que o custo laboral (que inclui salário e encargos sociais) é um dos mais baixos do mundo.

É evidente que o projeto neoliberal na América Latina não conduz ao crescimento auto-sustentado, já que a taxa global de investimento não se eleva. Os investimentos em alguns setores não chegam a compensar o fechamento ou redução nos níveis de atividades das empresas mais débeis, incapazes de concorrerem com a produção importada ou de continuarem exportando. E o capital privado tem se mostrado pouco disposto a substituir o setor público nos

***O projeto neoliberal na América
Latina não conduz ao crescimento
auto-sustentado, já que a taxa
global de investimento não se
eleva. Os investimentos em
alguns setores não chegam a
compensar o fechamento ou
redução nos níveis de atividades
das empresas mais débeis.***

investimentos em infra-estrutura. A incapacidade de elevar a taxa global de investimento por si só traz graves consequências sociais, já que o crescimento sustentado é condição não somente para criar novos postos de trabalho como para a elevação dos salários. Por outro lado, a abertura comercial indiscriminada, em países com relativo atraso, exige a redução da carga tributária, mostrando-se assim incompatível com políticas sociais mais avançadas.

E foi assim que as coisas se comportaram no México e Argentina, apesar de certas diferenças entre os dois países. As condições sociais deterioraram-se e o setor produtivo mostrou-se incapaz de respostas modernizantes. Não se verificaram as previsões dos ideólogos conservadores de que a estabilidade monetária e a concorrência externa impulsionariam os investimentos, tornando competitivo o aparelho industrial. Os exportadores encontravam dificuldades em vender seus produtos no exterior, ao mesmo tempo que os países eram inundados por produtos importados, o que tornava a balança de comércio com o exterior deficitária. Como a situação do mercado internacional de capitais era favorável a partir de 1990, esse déficit podia ser financiado por aplicações de curto prazo remuneradas com altas taxas de juros.

Esse arranjo possibilitou a expansão econômica baseada no consumo e até vitórias eleitorais. Para o funcionamento do modelo era essencial o afluxo de capitais externos, mas sua vulnerabilidade era evidente: Argentina e México não conseguiam aumentar suficientemente suas exportações. Como, então, honrariam seus compromissos externos? Surpreendentemente, por anos a fio, o espírito de cassino que domina o jogo financeiro internacional e as altas taxas de juros impulsionaram os aplicadores a investir nesses países. Mas, como em todo movimento especulativo, subitamente as tendências se invertem e a fuga de capitais precipita-se. E assim, o México foi lançado no que talvez se constitua a pior crise de sua história, cujo custo em miséria e sofrimento será inaudito.

O eufemismo que designava os países latino-americanos como mercados emergentes escondia, simplesmente, que a região tornara-se presa de gigantesco movimento especulativo internacional. E nesse

jogo é evidente que os políticos mexicanos eram simples peões, já que o comando estaria com banqueiros, agentes financeiros internacionais públicos e privados juntamente com tecnocratas latino-americanos, geralmente formados nas mais afamadas universidades dos Estados Unidos. E fica claro, também, que o compromisso desse capital especulativo internacional restringe-se a seus ganhos imediatos, de curto prazo, já que há muito não tem pátria nem mantém relações com a produção material. O surpreendente é que seu projeto tenha sido vendido como modelo de racionalidade econômica, como pasaporte para o futuro na América Latina

Como em todo movimento especulativo, subitamente as tendências se invertem e a fuga de capitais precipita-se. E assim, o México foi lançado no que talvez se constitua a pior crise de sua história, cujo custo em miséria e sofrimento será inaudito.

Na crise dos anos 70 no Brasil, um ministro, candidamente, afirmava que o país era uma ilha de prosperidade em meio às turbulências da economia internacional. Hoje, diz-se que somos diferentes do México. Entretanto, desde a introdução do real, nosso déficit comercial é persistente e crescente, estimando-se um saldo negativo de 1,2 bilhão de dólares em fevereiro; e a fuga de capitais, somente nos 12

primeiros dias de março teria alcançado mais de três bilhões de dólares. Nossas exportações mostram-se insuficientes e o déficit comercial, tal como no caso do México e Argentina, depende ou do financiamento externo, que agora mostra-se arredo, ou então da queima de reservas.

Assim, parece que a nossa diferença com o México resume-se no fato de ainda possuímos reservas. Os que assim pensam, convenientemente se esquecem de que em fins de 1993 o México também detinha alto volume de reservas. E é evidente que sem profundas mudanças logo nossas reservas se esgotariam, precipitando-se a crise cambial.

A reação oficial, entretanto, resumiu-se em elevar as taxas de juros, impor controles sobre o comércio exterior e desvalorizar o real. Ora, essas medidas ou são insuficientes para evitar a crise das contas externas, ou provocariam recessão e a volta da inflação. E, o que é mais importante, a promessa de que os investidores no país poderiam contar com a abundante oferta de crédito, resultante do financiamento externo do déficit comercial, parece também irrealizável. E dadas as altas taxas de juros internas, o crescimento sustentado torna-se inatingível.

Assim, ao contrário das promessas de campanha, de crescimento com estabilidade, muito provavelmente, teremos inflação e recessão; ao invés de consumidores beneficiados com importações baratas, teremos controles sobre o comércio externo; ao invés dos prometidos investimentos lastreados nas reservas, teremos fugas de capitais e altas taxas de juros, que continuam a transferir riqueza aos rentistas parasitários. E não cabe a justificativa de que o governo foi pego de surpresa pela crise mexicana, pois a crise foi insistentemente anunciada por economistas não comprometidos com a decantada globalização.

Tal como a Social Democracia alemã às vésperas da ascensão de Hitler, nossos pretensos sociodemocratas parecem acreditar que existe uma única possibilidade de política econômica: aquela sugerida pelos conservadores. Mas, a incompatibilidade do programa neoliberal com programas sociais é evidente, e começa agora a manifestar-se no país, quando o governo elabora suas propostas de reforma constitucional.

As chamadas reformas estruturais são apresentadas como elemento essencial do plano real, como única alternativa para colocar o país definitivamente nos eixos. Um de seus objetivos centrais parece ser a eliminação do déficit público, com a qual a estabilidade seria alcançada. Esquecem-se, mais uma vez, das lições do México, país que ajustou seu setor público, eliminando os déficits há anos, e nem por isto conseguiu evitar a crise cambial

E o viés pouco democrático que orienta o governo já é visível no projeto de reforma previdenciária, no qual, em nome da justiça social, propõem-se cortes de benefícios de certas camadas da população. É evidente que a distribuição dos recursos não é justa, mas um governo social democrata deveria não somente eliminar essas injustiças, mas, principalmente, utilizar a reforma para reduzir desigualdades no seio da própria sociedade.

Neste caso, não seria aceitável partir-se da receita como um dado e redistribuir benefícios, já que se sabe que os níveis de evasão e sonegação são altíssimos. O que se impõe como medida fundamental seria a ampla reforma da máquina previdenciária para restaurar sua capacidade de arrecadação. Seriam assim penalizados os sonegadores, que eufemisticamente são chamados de informais, e que em grande

parte compõem camadas de mais alta renda. Como contrapartida teriam vigência condições mais justas na concorrência intercapitalista, prejudicada atualmente pelas vantagens que os sonegadores levam.

Na questão fiscal, o governo esmera-se nos cortes de gastos e propõe mudanças na tributação, mas nada fala sobre evasão e sonegação. Não se dispõe a restaurar a capacidade impositiva da Receita Federal, o que também é válido para os governos estaduais. Não é por acaso que o secretário Osires Lopes pagou caro sua disposição de fazer cumprir a lei, combatendo a sonegação. E os empresários que cumprem suas obrigações fiscais e que reclamam da carga tributária têm o dever de apoiar programas deste tipo, pois restaurada a capacidade de arrecadação, poderiam ser até reduzidas as alíquotas.

É sabido que, em qualquer sociedade minimamente democrática, a exação fiscal é elemento fundamental para a redução

das desigualdades sociais, para alterar a distribuição primária da renda e beneficiar as camadas mais desfavorecidas. E este mecanismo, no Brasil, até hoje não foi aparelhado nesta direção. Não é por acaso que o perfil da distribuição de renda no país é um dos mais injustos do mundo.

Também não seria próprio de um governo social democrata tornar os investimentos no país dependentes dos voláteis movimentos de capitais especulativos internacionais. Restaria, então, para atingir o crescimento sustentado, enquadrar a riqueza financeira nacional, penalizar o consumo das camadas mais ricas, formando,

assim, fundos compulsórios de poupança para garantir o crédito de longo prazo, a juros compatíveis, para os investimentos produtivos. Garantida a rentabilidade e viabilidade dos investimentos produtivos, o capital estrangeiro acorreria com investimentos diretos de risco, substituindo, então, os capitais especulativos.

Assim, ao contrário da postura liberal, a reorganização econômica, para garantir um mínimo de estabilidade e justiça social, exige um salto qualitativo na capacidade estatal de coordenação e regulação. E a atual desordem internacional, ou globalização como querem os apologetas, também reclama novas instituições reguladoras e sem as quais as crises seriam inevitáveis.

